

Poder político e classes sociais*

de Nicos Poulantzas

Uma nova tradução de Poder Político e Classes Sociais

A New Translation of Poder Político e Classes Sociais

por Francisco Pereira de Farias* e Octávio Fonseca Del Passo**

Em outubro de 2019 foi lançado, pela editora da Unicamp, o livro *Poder Político e Classes Sociais*, de Nicos Poulantzas. A nova tradução tem ao menos dois grandes méritos: o primeiro é corrigir algumas imprecisões da primeira edição em português, lançada em novembro de 1977 pela editora Martins Fontes, e o segundo é trazer novamente ao centro do debate um livro de forte impacto intelectual que, sem o risco de exagerar, podemos chamar de um tratado sobre o Estado capitalista. A complexidade da tal assunto e a elaboração de uma teoria sobre esse tipo de Estado exigem que o autor desenvolva uma diversa gama de dispositivos conceituais. Elencamos os principais deles para expormos aqui o próprio conceito de Estado capitalista. São eles: poder político, bloco no poder, hegemonia, classe social e a constituição e representação dos seus interesses.

As principais contribuições de Poulantzas incidem, portanto, para além do próprio entendimento de Estado capitalista, ou seja, o tipo específico de superestrutura jurídico-política, sobre os efeitos desta estrutura, tais como as práticas de classes e frações de classes sociais. Para Poulantzas, um nível estrutural particular implica e pressupõe uma prática específica. Na teoria poulantziana, não se trata,

* São Paulo: Editora Unicamp. 2019.

** Doutor em Ciência Política, Professor associado da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI, Brasil. End. eletrônico: farías@ufpi.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-9661-3247>

*** Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil. End. eletrônico: octaviodelpasso@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6348-5365>

deste modo, do reino da aleatoriedade, nem da identificação da análise política com o historicismo. O autor situa o nível do político como uma estrutura específica na matriz estrutural de uma formação social, reconhecendo que a prática política versa ao mesmo tempo sobre os níveis econômico, ideológico e o político em sentido estrito. A decifração da relação entre a política e a história deve ser buscada, por conseguinte, através de uma concepção dupla de Estado, como fator de coesão social e como lugar de condensação das contradições dos níveis ou das instâncias. Pois se a função social de coesão do Estado está na base da dominação de classe, ela não pode ser oposta à sua função política de organizar a generalização dos interesses específicos.

Uma das principais polêmicas que Poulantzas lança contra os autores por ele denominados historicistas é, assim, a própria formação das classes sociais. Em *Poder Político e Classes Sociais*, os homens aparecem como portadores, como suportes das estruturas, e não como os criadores destas. Constituídas no econômico, mas também no nível ideológico e no político de modo que são identificadas em quaisquer desses níveis, as classes são efeitos da estrutura global de um modo de produção, mas elas próprias estão estruturadas no “quadro referencial particular das relações sociais” (p.68). Segundo Poulantzas, o germe desta construção da análise das relações de classes encontra-se nas obras políticas de Marx, que, em sua maturidade, colocava os diferentes modos de produção presentes em uma formação social e as formas concretas de suas combinações como critérios para definir as classes sociais.

Nessa linha, de acordo com Poulantzas, as ambiguidades encontradas nos textos de Marx se devem antes ao fato de não se reconhecer o duplo estatuto teórico a que sua análise se propunha. Por um lado, ela pretendia reconhecer as formações sociais, como a combinação de modos de produção dominantes, e, por outro lado, almejava realizar o esforço de enunciar a problemática relativa ao modo de produção puro. Assim, Poulantzas recusa a ideia, que aparece no jovem Marx, de “classe em si” e “classe para si”, pois seriam reminiscências hegelianas a indicarem um processo “unilinear” das determinações históricas, deixando de conceber as leis ou as temporalidades diferenciadas do processo histórico, e propõe que utilizemos em seu lugar as definições de classe distinta e classe autônoma (p.77). Os critérios que decifram a existência de uma classe distinta como força social autônoma são os seus efeitos pertinentes, que tendem a acarretar alterações importantes nas estruturas políticas e ideológicas, a partir de modificações inseridas no campo da luta política e ideológica de classe.

Outra elaboração importante de Poulantzas é o conceito de poder, colocando-o no “campo das práticas” de classe e, por consequência, tomando a relação entre as classes como conteúdo da relação de poder. Se o conceito de classe indica

os efeitos do conjunto dos níveis estruturais, o conceito de poder é utilizado a fim de especificar esses efeitos, recobrando as implicações das estruturas sobre os objetivos diferenciados das práticas conflituosas de classes e de frações de classe. O poder define-se, desse modo, como “a capacidade de uma classe social realizar seus interesses objetivos específicos” (p.106). Destaque-se que a organização política de classe não é suficiente para o exercício de seu poder, embora seja uma condição necessária. Isto porque os objetivos do poder de classe e a possibilidade de concretizá-los estão limitados pela estrutura da formação social e pelo poder das outras classes sociais.

É interessante notar que, para Poulantzas, os “interesses objetivos” não estão localizados na estrutura política, como um pensamento historicista os situaria, ao conceber que a prática “cria” a estrutura, mas na própria prática política. Na teoria de Poulantzas, esta proposição de os interesses de classe estarem no campo da prática, assim como o poder, abre a possibilidade para que se conceba a distinção entre o poder econômico, o político e o ideológico. Ainda mais longe, esse fato abre espaço para que compreendamos a capacidade de cada classe ou fração de classe em realizar seus interesses de modo relativamente autônomo, em cada nível. Sem especificar ainda o seu conteúdo, o leitor pode perguntar se estamos diante de um objetivo político, econômico ou ideológico, embora esses objetivos sejam tratados de maneira complementar.

Daí tem-se a questão da possibilidade de dissociação dos lugares do poder econômico (exploração) e do poder político (dominação) de classe. Mas essa dissociação dos poderes de classe só é possível no período de transição de um modo de produção a outro, caso em que a classe que revoluciona o aparelho de Estado não é ainda a classe economicamente preponderante, pois a mudança jurídico-política torna-se a condição para se difundir as novas relações de produção. Agora, na fase de reprodução normal do modo de produção, não se dá a dissociação dos lugares do poder de classe: a classe economicamente preponderante é necessariamente a classe politicamente dominante.

Seja como for, o que temos em consequência é que dizer “poder de Estado” só pode ser uma expressão formal, na teoria poulantziana. As instituições não têm poder por si; elas são a materialização do poder de classe e, por isso, se tornam centros de poder. O Estado é o centro do exercício do poder político. Na mesma toada, entende-se que a autonomia relativa das instituições estatais não se deve ao poder próprio, mas à sua relação com as estruturas e a materialização de poder que ali se realiza.

Neste ponto fica claro que o Estado capitalista possui uma originalidade frente às estruturas das relações de produção, por um lado, e ao campo da luta de classes, por outro. A separação do produtor direto dos meios de produção

relaciona-se à institucionalização do sujeito jurídico dos indivíduos. Essa relação do Estado com as relações de produção tem no personalismo individualista a sua forma ideológica, substituindo a crença religiosa como o centro da instância ideológica desde a transição ao capitalismo. Já a relação do Estado com a luta de classes é subdividida em duas: a relação com a luta econômica e a relação com a luta política. A estrutura jurídica e ideológica do Estado instaura, em seu nível, a ocultação das relações de classe dos produtores, que são distribuídos em classes, mas passam a se perceber como indivíduos autônomos, sujeitos de direito. A concorrência no capitalismo não é, portanto, somente decorrente da estrutura nas relações capitalistas de produção, mas também um efeito do jurídico e ideológico sobre as práticas econômicas (p.131).

Por conseguinte, o Estado se apresenta diante dos indivíduos-cidadãos como a unidade propriamente política de uma competição econômica, que manifesta o isolamento. Apresenta-se como a organização do “interesse geral” entre interesses econômicos divergentes, ocultando a oposição de classes deles. Assim, a relação entre o Estado capitalista e a luta econômica de classe (a tendência ao individualismo) não coincide com a relação entre as estruturas do Estado capitalista e as relações de produção (a atribuição de personalidade). De fato, esta última estabelece os limites da relação do Estado com o campo da luta de classes, inclusa a luta econômica.

Desse modo, as funções da superestrutura jurídico-político podem ser resumidas em duas. A primeira é o efeito de isolamento nas relações sociais econômicas, através da distribuição dos produtores como sujeitos jurídico-políticos, ou seja, como cidadãos. A segunda é exercer o papel de representante da unidade das relações econômicas isoladas em um campo político, o Estado-nação. Neste ponto é preciso mencionar o conceito de hegemonia, que Poulantzas desenvolve a partir das contribuições elaboradas por Gramsci, embora o faça criticamente.

Na teoria poulantziana, a hegemonia está no campo da luta política de classe e se refere especificamente às práticas da classe dominante -ao menos no modo de produção capitalista. A hegemonia política reveste-se de dois sentidos. Um é a capacidade de uma classe ou fração de classe fazer com que seus interesses específicos sejam interpretados pelas outras classes e frações como o interesse geral da “nação”, sentido que já fora apontado por Gramsci. Outro sentido é o papel de liderança que uma classe ou fração de classe detém no interior do bloco no poder, ou seja, a capacidade de uma classe ou uma fração de classe fazer prevalecerem seus interesses específicos dentre as classes e frações de classes politicamente dominantes. No entanto, não especifica como identificá-los, mas sugere apenas que os interesses objetivos não estão localizados na estrutura, como os historicistas geralmente os localizam (uma consequência do enquadramento da estrutura como resultado da prática política), mas na própria prática política.

Mas aqui Poulantzas não explicitaria uma divergência. Gramsci tem a proposição de que a dominação de classe se sustenta, em última análise, nas concessões materiais às classes dominadas, pelas quais a classe dominante se converteria, ao dar um conteúdo real ao consenso social, em classe dirigente ou hegemônica no conjunto da sociedade. Para Poulantzas, a dominação de classe se apoia, em última instância, nos valores normativos do tipo de estrutura jurídico-política. Quando tais normas estruturais deixam de ter vigência, em contexto de crise ampla, nem mesmo a força repressiva do aparato de Estado é suficiente para garantir o tipo de ordem social, pois pela suspensão destes valores estruturais e seus efeitos discursivos (cidadania, povo-nação) uma parte das forças militares e policiais do Estado tende a passar para o lado da revolução social, dado o apelo de sua origem de classe proletária. Neste contexto, a classe proletária estará em luta sequer pela melhoria de suas condições materiais dentro da ordem, mas pela substituição do modelo de vida social.

O conceito de bloco no poder seria a unidade contraditória das classes e frações de classe politicamente dominantes com a finalidade de garantir o interesse estratégico da classe capitalista. O bloco no poder é mobilizado pelo jogo institucional inscrito na estrutura do Estado capitalista e a sua relação com as classes sociais, que permite o funcionamento de uma unidade política específica e que materializa as relações de poder entre as classes nas diversas instituições. Este conceito de bloco no poder é bastante operacional ao analista que busca solucionar dois problemas opostos e simétricos na questão da fração dominante nas obras políticas de Marx, ou seja, as obras escritas após a descoberta da possibilidade de existência de várias frações de classe dominante.

A função hegemônica de uma fração polariza os interesses opostos das diversas frações presentes em um bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, e isso fazia com que Marx oscilasse a descrição entre um Estado que representa a fusão dos interesses das frações dominantes e um Estado que representa unicamente os interesses da fração financeira. O conceito de bloco no poder de Poulantzas viria sanar essa questão, permitindo ao analista captar uma representação prioritária (hegemônica) sem excluir os interesses das demais classes e frações de classe dominantes. O bloco no poder se diferencia, no entanto, da aliança de classes. Embora este último conceito também se refira ao processo político e às práticas políticas, implicado uma unidade e contradições de interesses das classes aliadas, a diferença reside no fato de que as contradições do bloco no poder estão vinculadas à forma de Estado e a um estágio particular da periodização política, enquanto a aliança, não.

Em resumo, o Estado capitalista tende a impedir a organização política das classes e frações de classes dominadas, organização que superaria seu isolamento

econômico, e trabalha permanentemente para organizar a classe dominante no nível político e, por conseguinte, em anular o seu isolamento econômico, unindo todas as frações dominantes em torno de um interesse estratégico, mas privilegiando os interesses específicos de uma fração de classe na política de Estado. Destacamos que a elaboração de uma política hegemônica específica é uma função sobremaneira importante do Estado capitalista, no papel de desenvolver também as políticas sociais, o que agrega um maior número de classes e frações de classe dominadas, constituídas como forças sociais na posição de classe apoio ou classe aliada da fração hegemônica no bloco no poder, o que pode reforçar ou alterar a hegemonia. Vale destacar que classe apoio é um conceito utilizado por Poulantzas para designar uma classe ou fração de classe que apoia a classe ou fração hegemônica sem que haja um sacrifício real dos interesses do bloco no poder em troca de tal apoio. Aquela o faz por ilusões ideológicas, ao contrário da classe ou fração de classe aliada, que exige sacrifícios dos interesses do bloco no poder.

Finalmente, diríamos que Poulantzas exagera um pouco ao afirmar que o Estado capitalista tem por função “excluir de seu seio a presença, como classes, das classes dominadas” (p.191). A nosso ver, o que o Estado não permite é a presença das classes dominadas como classes ou frações de classes “autônomas”. Ou seja, não permite a existência de uma classe ou fração de classe dominada como força social, pois isso pressupõe sua presença no nível político por efeitos pertinentes (p.253). Mais especificamente, a hegemonia da classe dominada no resultado da política estatal. Como Poulantzas afirma adiante, “o Estado capitalista comporta, inscrito em suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de algumas classes dominadas” (p.193). Os interesses econômicos das classes dominadas garantidos na política de Estado é o que estamos denominando de políticas sociais. Uma vez que é parte da função do Estado representar o “povo-nação” (mesmo sob a égide de uma fração hegemônica), incluímos nesta representação os interesses contrários aos interesses econômicos de curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com os interesses estratégicos dela de dominação de classe. Portanto, o poder político está fundado, sob o Estado capitalista, em um *equilíbrio instável de compromissos*, sem que isso implique nenhuma equivalência de poder entre as forças sociais em presença, em determinada formação social. Tentemos desenvolver um pouco este ponto.

Poulantzas conclui que “a estratégia política da classe operária depende da decifração adequada, na conjuntura concreta, desse limite que fixa o equilíbrio dos compromissos” (p. 196) e acrescenta que a “política social” (dados os limites de compromissos) tende a não pôr em causa as estruturas do tipo capitalista de Estado. Tomemos o caso do Governo Vargas, no Brasil. O estabelecimento da

legislação social representou o “compromisso” das classes dominantes com as classes dominadas, sem que houvesse efetivamente sacrifícios econômicos impostos às classes dominantes, pois se tratava antes de normalizar as condições de contratação da força de trabalho. De fato, a política de salário-mínimo, por exemplo, veio estabelecer o patamar de remuneração das categorias do trabalho manual compatível com o nível médio dos salários no mercado, corrigindo um estado de subremuneração. Assim, parte da classe trabalhadora apoiou esta política salarial, através do sindicalismo de Estado e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acreditando tratar-se de uma conquista junto ao Estado e à classe dominante, quando em realidade significava a concretização de uma prerrogativa já prevista no contrato de trabalho e que vinha sendo descumprida pelo patronato. Porém, outra parte dos trabalhadores ficou na oposição ao Governo, através do sindicalismo independente e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), engajando-se numa aliança com o nacionalismo econômico de Getúlio Vargas, após o fracasso da tentativa insurrecional deste partido. Neste último caso, o limite do compromisso de classes foi ampliado; em troca da estabilidade política, a política social do Estado se aproximou das reivindicações de melhoria do bem-estar da classe trabalhadora, com o aumento do salário-mínimo acima do valor de mercado. Assim, a política de aliança de classes tendeu a propiciar de fato uma ampliação das condições de reprodução da força de trabalho.

Em síntese, esta obra de Poulantzas merece ser lida e relida por aqueles que já a conhecem. Sua teoria geral e seus conceitos são dispositivos teóricos fundamentais para a compreensão da história, pelo viés das classes sociais e das lutas de classes.